



Adoção de IVA opõe tributaristas em evento em Belo Horizonte

A criação de um Imposto de Valor Agregado no Brasil, nos moldes dos países europeus, opõe especialistas que participam do *XIX Congresso Internacional de Direito Tributário*, que ocorre em Belo Horizonte, organizado pela Associação Brasileira de Direito Tributário (Abradt). Para o tributarista Gustavo Brigagão, sócio do Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados e colunista da **ConJur**, a solução para simplificar tributos sobre o consumo no Brasil é extinguir todos os existentes sobre circulação de bens e prestação de serviços e adotar o IVA.

O novo imposto seria federal e os recursos arrecadados com ele pela União seriam repassados de maneira proporcional aos estados e municípios. Dessa forma, diversos problemas dos tributos sobre o consumo seriam eliminados, garantiu Brigagão. Sem os estados e municípios poderem definir alíquotas de ICMS e ISS, a guerra fiscal chegaria ao fim. A insegurança jurídica proveniente das dúvidas sobre qual imposto se aplica a uma determinada operação também seria resolvida. E os conflitos jurisprudenciais e entre poderes virariam coisa do passado.

Porém, o ex-secretário da Receita Federal **Everardo Maciel** é cético quanto à viabilidade da proposta. Ele considera quase impossível a criação do IVA e a extinção dos demais impostos sobre consumo. Segundo ele, os estados e municípios fariam um intenso lobby contra a medida, uma vez que deixariam de arrecadar diretamente recursos sobre circulação de bens e prestação de serviços.

O ex-secretário da Receita classifica-se como um “trotskista” quanto à reforma tributária, e argumenta que ela não deve ocorrer toda de uma vez, mas se dar por meio de processo contínuo. O que não poderia faltar nessa “revolução permanente” seria uma reforma completa do ICMS e uma adequação da tributação do setor financeiro aos níveis cobrados da indústria.

Já o professor da Faculdade Milton Campos **Valter de Souza Lobato** declarou que é preciso tornar o sistema brasileiro mais progressivo. Contudo, ele disse que apenas aumentar alíquotas do IR não adiantarão nada se o resto da tributação for regressiva.

Retorno às origens

Já o tributarista **Sacha Calmon**, sócio do Sacha Calmon-Misabel Derzi Consultores e Advogados, avalia que, antes de mudar, é preciso retomar os alicerces do sistema tributário do país. Segundo ele, as bases estão expressas na Emenda Constitucional 18/65, que estabeleceu suas diretrizes básicas, o Código Tributário Nacional, e as constituições federais de 1967 e de 1988.

De acordo com ele, essas normas foram esquecidas com o passar do tempo. E isso resultou no crescente autoritarismo do Fisco, manifestado na guerra fiscal, na inclusão de quantias estranhas ao fato gerador na base de cálculo, e no desvirtuamento das taxas cobradas de grandes contribuintes. Para Calmon, as bases do sistema brasileiro são boas, e se voltarem a ser respeitadas, as pessoas e empresas se sentirão seguras, e o número de processos fiscais cairá.

Date Created

25/09/2015